



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 34/XIII/ 1.ª SL

Aos 18 dias do mês de maio de 2016, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas, na sala 5 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1.ª parte

Audição do Presidente do Conselho de Administração da Entidade Nacional para o Mercado dos Combustíveis, E.P.E., sobre o processo de exploração de petróleo no país (requerimento do PS)

2.ª parte

1. Apreciação e votação da ata n.º 32/XIII/1.ª, relativa à reunião de 11 de maio de 2016

2. Apreciação e votação do requerimento, apresentado pelo PS, para audição de diversas entidades no âmbito da temática do transporte coletivo de passageiros e do serviço praticado pela UBER

3. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 212/XIII/1.ª (PCP) – Pela intervenção urgente na recuperação do IC1 - troço Alcácer do Sal/Grândola

4. Projeto de Resolução n.º 73/XIII/1.ª (PSD) – “Visa a criação de um conjunto de apoios financeiros nacionais e comunitários, incentivos fiscais e no âmbito da segurança social aos produtores de alheira” e texto de substituição dos Projetos de Resolução n.ºs 118/XIII/1.ª (PS) – “Recomenda ao Governo que dinamize as medidas necessárias para a promoção e valorização da alheira”, 120/XIII/1.ª (PCP) – “Defender e promover a produção da alheira” e 127/XIII/1.ª (BE) – “Recomenda ao Governo a proteção e promoção da alheira como ex-libris da gastronomia transmontana”

– Comunicação do Grupo de Trabalho

COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 34/XIII/ 1.ª SL

5. Apreciação e votação do relatório final sobre a Petição n.º 2/XIII/1.ª – “Químicos potencialmente cancerígenos nos alimentos”

Relator: Deputado Hugo Costa (PS)

6. Fixação da redação final relativa ao texto de substituição dos Projetos de Lei n.ºs 30/XIII/1.ª (PCP) e 32/XIII/2.ª (BE), que alteram a Lei das Comunicações Eletrónicas (Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro)

7. Fixação da redação final relativa ao Projeto de Resolução n.º 283/XIII/1.ª (PS) – “Recomenda ao Governo que promova a redução do valor das portagens nas autoestradas do interior e nas vias rodoviárias sem alternativas adequadas de mobilidade e segurança”

8. Outros assuntos

1.ª parte

Audição do Presidente do Conselho de Administração da Entidade Nacional para o Mercado dos Combustíveis, E.P.E., sobre o processo de exploração de petróleo no país (requerimento do PS)

Iniciada a reunião, o Senhor Presidente deu as boas vindas ao Presidente do Conselho de Administração da Entidade Nacional para o Mercado dos Combustíveis, E.P.E., tendo-lhe dado, de seguida, a palavra para uma intervenção inicial.

Na primeira ronda de perguntas usaram da palavra os Senhores Deputados Carlos Pereira (PS), Cristóvão Norte (PSD), Heitor de Sousa (BE), Pedro Mota Soares (CDS-PP) e Bruno Dias (PCP), tendo o Senhor Presidente do Conselho de Administração da Entidade Nacional para o Mercado dos Combustíveis, E.P.E., respondido individualmente aos Senhores Deputados.



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 34/XIII/ 1.ª SL

Na segunda ronda de perguntas foram solicitados esclarecimentos adicionais pelos Senhores Deputados António Topa (PSD), Hugo Costa (PS), Carlos Pereira (PS), Heitor de Sousa (BE) e Bruno Dias (PCP), os quais foram prestados em resposta conjunta pelo Presidente do Conselho de Administração da ENMC, E.P.E.

A audição foi objeto de [gravação](#), a qual faz parte integrante desta ata e pode ser consultada na página da Comissão na Internet.

2.ª parte

1. Apreciação e votação da ata n.º 32/XIII/1.ª, relativa à reunião de 11 de maio de 2016

Submetida a votação, a ata n.º 32/XIII/1.ª, relativa à reunião de 11 de maio de 2016, foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do PEV e do PAN.

2. Apreciação e votação do requerimento, apresentado pelo PS, para audição de diversas entidades no âmbito da temática do transporte coletivo de passageiros e do serviço praticado pela UBER

O Senhor Deputado Luís Moreira Testa (PS) apresentou o requerimento, realçando que as entidades que o seu grupo parlamentar pretende ouvir toem trazer à discussão informação para que se cumpra a lei ou se promovam as alterações necessárias à lei para que o mercado funcione de forma regulada e para que possam ser acolhidas as pretensões do setor do táxi que se considerem pertinentes.

Usou da palavra o Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE), para expressar concordância com o requerimento e propor acrescentar às entidades ouvidas a ANTRAL e a Federação Portuguesa do Táxi, tendo o Senhor Presidente lembrado, a este propósito, que no âmbito das petições n.ºs 490/XIII/4.ª e 518/XIII/4.ª, pendentes na Comissão, iria ser ouvida a ANTRAL enquanto peticionária da petição n.º 490/XII/1.ª. Ainda no uso da palavra, respondeu o orador que o âmbito das petições não era totalmente coincidente com este requerimento e o que pretendia era que estas entidades fossem ouvidas neste âmbito.



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 34/XIII/ 1.ª SL

Pelo Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) foi afirmado que, antes de haver esta ou aquela multinacional a fazer concorrência desleal ao setor do táxi já havia problemas no setor. Lembrou a audiência concedida à Federação Portuguesa do Táxi no dia 17 de dezembro de 2015, que apresentou propostas para a modernização do setor, bem como as audições realizadas na anterior Legislatura, sobre esta matéria. Considerou urgente tomar medidas urgentes em relação à situação e lembrou que já existiam duas plataformas a operar neste setor, reafirmando nada ter contra quem cumpre a lei. Informou ainda que no dia 25 de maio, o agendamento potestativo do PCP terá por base uma iniciativa legislativa sobre esta matéria. Concluiu afirmando que concordava que se ouvissem todas as entidades, mas, acima de tudo, importava tomar medidas e garantir que a lei era para ser cumprida.

O Senhor Deputado Luís Leite Ramos (PSD) reiterou a informação de que estavam marcadas as audições dos petionários das duas petições que estavam pendentes na Comissão sobre esta matéria. Quanto à audição das câmaras municipais de Lisboa e do Porto, defendeu que as mesmas deveriam ser reequacionadas e substituídas pela audição da Associação Nacional de Municípios Portugueses. Concluiu afirmando que fazia sentido coordenar estas audições com as audições de petionários pendentes.

Pelo Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP) foi afirmado que acompanhava este requerimento, que fazia sentido coordenar as audições com as audições de petionários referidas e que depois destas audições poder-se-ia promover a audição do membro do Governo competente.

Tornou a usar da palavra o Senhor Deputado Luís Moreira Testa (PS), para considerar que era imperativo reduzir tanto quanto possível o número de entidades a ouvir, de modo a obter-se uma resposta das entidades cuja posição ainda não era conhecida. A ANTRAL e a Federação Portuguesa do Táxi, lembrou, já foram ouvidas na Assembleia da República, em diversas sedes; quanto às audições das câmaras municipais de Lisboa e do Porto, o conhecimento destas duas autarquias, pela realidade dos meios urbanos onde a UBER opera, seria suficiente e excludente de outras audições, pois apesar de ser um problema nacional, 90% da atividade destas plataformas situa-se em



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 34/XIII/ 1.ª SL

Lisboa e no Porto. Concluiu admitindo que no decorrer das audições surja a necessidade de ouvir outras entidades.

De seguida, o Senhor Presidente submeteu à votação o requerimento, o qual foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV e do PAN.

3. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 212/XIII/1.ª (PCP) – Pela intervenção urgente na recuperação do IC1 - troço Alcácer do Sal/Grândola

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) apresentou o projeto de resolução, considerando-o relativamente explícito. Afirmou que o tema já não era novo e que o seu grupo parlamentar há muito tempo que referia na Assembleia da República a situação de degradação e perigo que o IC1 apresentava. Afirmou que esta via só era itinerário complementar de nome, pois para uma imensa quantidade de empresas e pessoas era um eixo principal. Lembrou que a situação se arrastava há anos e no momento presente o processo continuava no mesmo ponto, sendo que o PCP já durante o Governo anterior pedia que não se transformasse esta discussão numa discussão sobre as parcerias público-privadas (PPP), pois era urgente tomar medidas para que houvesse uma intervenção naquela via.

Usaram da palavra os Senhores Deputados Pedro do Ó Ramos (PSD), Heitor de Sousa (BE), Luís Moreira Testa (PS) e Pedro Mota Soares (CDS-PP).

O Senhor Deputado Pedro do Ó Ramos (PSD) considerou que esta via estava em péssimo estado, lembrou que o processo estava integrado na subconcessão do Baixo Alentejo, em relação à qual tinha havido uma redução do objeto e que estava previsto que este troço passasse para a Infraestruturas de Portugal. Afirmou que chegou a ser referido que na Infraestruturas de Portugal havia verba para avançar com a obra mas o processo estava na mesma. Informou ainda que tinha feito uma pergunta ao Governo em janeiro de 2016 e na altura esperava o visto do Tribunal de Contas. Considerou a espera excessiva e defendeu que a situação fosse resolvida e a obra lançada o mais depressa possível.



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 34/XIII/ 1.ª SL

O Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) informou que o seu grupo parlamentar tinha também apresentado um projeto de resolução sobre a matéria e que só tardiamente se tinha apercebido deste agendamento, pelo que, sendo as preocupações de ambas as iniciativas coincidentes, solicitava que fosse considerado apresentado o projeto de resolução subscrito pelo BE e esta discussão comum, para ambas as iniciativas serem votadas na mesma altura. Corroborou as preocupações expressas pelos oradores anteriores, lembrou que o problema em apreciação tinha muito anos e parecia a repetição do que se tinha passado com a EN125, sendo todos os partidos unânimes na urgência desta intervenção. Concluiu sugerindo que o Presidente da Comissão contactasse o Governo para saber da evolução da situação do visto do Tribunal de Contas.

Por sua vez, o Senhor Deputado Luís Moreira Testa (PS) manifestou preocupação com esta matéria, que já tinha sido trazida à Assembleia da República pelos utentes daquela estrada. Acompanhou os oradores antecedentes sobre a necessidade de intervenção naquela via de comunicação e esclareceu que o visto do Tribunal de Contas não se referia à adjudicação da empreitada mas sim à alteração do objeto da concessão.

Finalmente, o Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP) referiu o impacto efetivo do estado desta via na vida direta das famílias e na economia daquela região, afirmou saber que o processo de renegociação da PPP tinha sido muito difícil e informou que o CDS-PP tinha feito uma pergunta ao Governo sobre o assunto, tendo defendido a necessidade de se perceber quando se podia começar a calendarizar a obra. Concluiu concordando com a necessidade urgente de intervenção nesta via de comunicação.

Encerrou a discussão o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP), registando positivamente a unanimidade que transparecia desta discussão, lembrando que o PCP tinha questionado o Senhor Ministro do Planeamento e das Infraestruturas sobre este assunto na última audição regimental realizada e tinha ficado preocupado com a referência ao processo de negociação com as entidades financiadoras,



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 34/XIII/ 1.ª SL

designadamente o BEI. Reafirmou que esta preocupação se arrastava há alguns anos e que a proposta do PCP vinha dar força ao Estado na relação com as várias entidades e defender a concretização daquela obra. Afirmou não compreender por que razão o PSD e o CDS-PP tinham votado contra um projeto de resolução igual a este na legislatura passada e defendeu a afirmação política por parte da Assembleia da República da importância desta situação, favorável a uma posição e uma resposta rápida.

4. Projeto de Resolução n.º 73/XIII/1.ª (PSD) – “Visa a criação de um conjunto de apoios financeiros nacionais e comunitários, incentivos fiscais e no âmbito da segurança social aos produtores de alheira” e texto de substituição dos Projetos de Resolução n.ºs 118/XIII/1.ª (PS) – “Recomenda ao Governo que dinamize as medidas necessárias para a promoção e valorização da alheira”, 120/XIII/1.ª (PCP) – “Defender e promover a produção da alheira” e 127/XIII/1.ª (BE) – “Recomenda ao Governo a proteção e promoção da alheira como ex-libris da gastronomia transmontana”

– Comunicação do Grupo de Trabalho

Usou da palavra o Senhor Deputado Hugo Costa (PS), coordenador do grupo de trabalho criado para apreciação dos projetos de resolução em epígrafe, que referiu o empenho dos Deputados que integraram o grupo de trabalho e informou não ter sido possível elaborar um texto de substituição que integrasse todas as iniciativas, por não ter sido possível chegar a acordo quanto à taxa de IVA a aplicar a estes produtos, à criação de uma linha de crédito e à alteração da taxa social única.

O Senhor Deputado José Silvano (PSD) usou também da palavra para referir que não houve possibilidade de entendimento num texto conjunto porque o PSD defendia que tinha de haver pelo menos uma medida concreta no texto de substituição para dar o seu acordo. Lembrou também que durante o tempo em que se negociou este texto foram aprovadas medidas concretas para outros produtos que iam no sentido daquelas que o PSD defendia para a produção de alheiras.



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 34/XIII/ 1.ª SL

O Senhor Presidente informou então que, uma vez que as iniciativas seriam objeto de votação em Plenário, seria enviado o texto de substituição dos projetos de resolução n.ºs 118/XIII/1.ª, 120/XIII/1.ª e 127/XIII/1.ª bem como o texto do projeto de resolução n.º 73/XIII/1.ª, para a Mesa da Assembleia da República.

5. Apreciação e votação do relatório final sobre a Petição n.º 2/XIII/1.ª – “Químicos potencialmente cancerígenos nos alimentos”

Relator: Deputado Hugo Costa (PS)

De seguida, o Senhor Deputado Hugo Costa (PS) apresentou o relatório final da petição n.º 2/XIII/1.ª, tendo realçado as tentativas de contacto do peticionário, sem sucesso, bem como a resposta do Ministério da Economia.

Submetido a votação, o relatório foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV e do PAN.

6. Fixação da redação final relativa ao texto de substituição dos Projetos de Lei n.ºs 30/XIII/1.ª (PCP) e 32/XIII/2.ª (BE), que alteram a Lei das Comunicações Eletrónicas (Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro)

A redação final foi fixada sem votos contra, tendo sido aceites as sugestões apresentadas pelo serviço competente, bem como as assinaladas no texto. A Comissão deliberou ainda, sem votos contra, reintroduzir no texto do decreto as alíneas d) a g) do n.º 2 do artigo 47.º da Lei n.º 5/2004 em vigor, as quais tinham sido eliminadas tacitamente por lapso de uma proposta de alteração aprovada, para evitar o incumprimento da Diretiva do Serviço Universal.

7. Fixação da redação final relativa ao Projeto de Resolução n.º 283/XIII/1.ª (PS) – “Recomenda ao Governo que promova a redução do valor das portagens nas autoestradas do interior e nas vias rodoviárias sem alternativas adequadas de mobilidade e segurança”



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 34/XIII/ 1.ª SL

A redação final foi fixada sem votos contra, tendo sido aceites as sugestões apresentadas pelo serviço competente.

8. Outros assuntos

O Senhor Deputado Carlos Pereira (PS) usou da palavra para apresentar um requerimento oral para audição, a propósito do processo de pesquisa, prospeção e exploração de petróleo no Algarve, do Diretor Geral de Energia e Geologia, do ex-Ministro do Ambiente e da Energia e do atual Secretário de Estado da Energia.

Intervindo a este propósito, o Senhor Deputado Luís Leite Ramos (PSD) solicitou que a discussão e votação do requerimento fosse adiada para a reunião ordinária seguinte, após a apresentação do mesmo por escrito.

Finalmente, o Senhor Presidente lembrou a deslocação da Comissão programada para a semana seguinte e informou que o relatório que será elaborado cabe ao PSD, pelo que aguardava a indicação de quem seria o Deputado relator.

A reunião foi encerrada às 13:38 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 19 de maio de 2016.

O PRESIDENTE

(HELDER AMARAL)



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 34/XIII/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Eusébio
Bruno Dias
Carlos Pereira
Cristóvão Norte
Emídio Guerreiro
Fernando Jesus
Fernando Virgílio Macedo
Heitor de Sousa
Helder Amaral
Hortense Martins
Hugo Costa
Luís Campos Ferreira
Luís Leite Ramos
Luís Moreira Testa
Paulino Ascensão
Pedro Coimbra
Pedro Mota Soares
Ricardo Bexiga
António Cardoso
António Topa
Fátima Ramos
José Silvano
Nuno Serra

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Heloísa Apolónia
Joel Sá

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

André Silva
António Costa Silva
Paulo Rios de Oliveira